

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0007844/2024	DATA DE ENTRADA	26/03/2024 10:26:28
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

ASSUNTO	LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
COMPLEMENTO	IMPUGNAÇÃO AO PP 35/2023

REQUERENTE CONSIGNET SISTEMAS LTDA	
TELEFONE (44) 3033-6303	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
107974-JULIANA LOPES DA SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



0007844/2024

26/03/2024 10:26:28

REQUERENTE
CONSIGNET SISTEMAS LTDA
ASSUNTO
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO AO PP 35/2023

Prefeitura Municipal de Maricá/RJ,

7844/24
26 03 24
24 03

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2023/PROCESSO N.º 17800/2023

CONSIGNET SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.112.748/0001-81, com sede na Av. Carneiro Leão, 563, Ed. Le Monde, Sobre Loja, centro, CEP 87014-010, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, nesse ato apresentada nos termos de seus atos constitutivos, vem à presença de Vossas Senhorias, nos autos da Licitação por Pregão Presencial n.º 35/2023, *apresentar*

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

com base no art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993, e na expressa disposição do item 16.2 do Edital, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

(44) 3033-6303 | fone
C.N.P.J:23.112.748/0001-81
Av. Carneiro Leão, 563, Ed. Le Monde, Sobre Loja
Centro – Maringá – PR, CEP:87014-010
www.consignet.com.br / licitacao@db1.com.br

Acompanhando a realização de certames licitatórios por este ente, a Impugnante verificou a publicação do edital da Licitação por Pregão Presencial n.º 35/2023, tendo por objeto a “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e controle de margem consignável com lançamento em folha de pagamento, disponibilização de sistema informatizado e a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva deste sistema, atendimento, capacitação e assessoramento para a execução dos serviços descritos neste documento, devendo a solução de software atender fielmente às legislações aplicáveis a este ente federativo, em especial, o Decreto Municipal nº 128, de 06 de março de 2018., conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.”.

Após obter o edital do certame, verificou a Impugnante a adoção, pela Prefeitura Municipal de Maricá/RJ, de medidas restritivas à participação no certame, o que obviamente, é vedado pelo regime jurídico administrativo.

Assim, apresenta a Impugnante a sua irresignação diante das disposições editalícias, o que faz na forma da Lei, nos termos seguintes.

2. DAS RAZÕES PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA

Como exposto na síntese fática, o certame em apreço conta em seu edital com restrições de participação que, apesar das previsões legais supostamente adotadas – que, ressalte-se, não permitem as exigências tal como expostas em edital –, é inconsistente em relação ao ordenamento jurídico pátrio, em especial com as regras e princípios que norteiam a preservação da competitividade nos certames, com supedâneo na Constituição Federal e na Lei nº 8.666/1993.

Passa-se, assim, à exposição estruturada das normas jurídicas, sejam regras ou princípios, fatalmente feridos pelas disposições editalícias, procedendo com o silogismo jurídico necessário para tanto.

3. DA INADEQUAÇÃO DE CRITÉRIOS TÉCNICOS

É de se destacar que há critérios técnicos no Edital que devem ser obrigatoriamente revisados.

No Item 2.1.3 da Planilha Requisitos Obrigatórios e Implementáveis, o edital solicita:

“Permitir acesso à base de dados administrada pela CONTRATADA.”

Tal exigência fere diretamente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 713.709/2018), pois se a Contratada permitir o acesso à sua base, dará acesso à informações de outros clientes que estão naquela base. Como poderia uma empresa permitir acesso à Prefeitura dos dados de sua base e consequentemente permitindo acesso à informações sensíveis de outras empresas?

Além do mais, o próprio edital prevê no Item 19, Anexo II do seu Termo de Referência, que a contratada deve observar e guardar sigilo cadastral e financeiro sobre informações relativas aos dados pessoais, profissionais e financeiros dos consignados no cadastro do sistema. Sendo assim, tal Item vai contra esse sigilo e segurança, quando permitir o acesso à sua base e as informações sensíveis.

Já no Item 2.4.1, 2.5.3 e 2.5.4 da Planilha Requisitos Gerais Obrigatórios, o edital solicita:

“O sistema deverá ser compatível com o software sintetizador de voz VIRTUAL VISION 7.0 e NVDA 2015.3.”

“Deverá utilizar serviço de barramento de dados para consumos de serviços e mensageria, permitindo maior escalabilidade (IBM Broker) e plataforma de serviços.”

“Os processos Batch deverão ser desenvolvidos na plataforma JEE, sendo escalonados pela ferramenta Jenkins que realiza o agendamento, execução e notificação do processamento, e em alguns cenários escalonados pelo sistema operacional. Alguns processos batch poderão ser desenvolvidos em PL/SQL para ganhar desempenho e serem acionados através de aplicações Java.”

Tal exigência é claramente um direcionamento do edital, o que é vedado pelo regime jurídico administrativo. O Município não pode exigir quais ferramentas deverão ser utilizadas pela contratada, apenas que o serviço seja cumprido de forma que atenda às necessidades do objeto contratado. Independentemente da ferramenta o serviço deve ser prestado de forma satisfatória e segura para a Administração.

O objeto desse edital prevê a compra de um sistema pronto, e claro, que possa ser reajustável. Sendo assim, se atendido as necessidades, qual a motivação da solicitação de ferramentas de tecnologias específicas, se não o direcionamento do edital? Se o sistema atende às necessidades e exigências operacionais de forma satisfatória e segura, não há motivos para tal exigência.

Diante o exposto, não restam dúvidas que tais exigências devam ser retiradas ou alteradas de acordo com as normas e com o real objetivo do edital.

4. DO REQUERIMENTO

Diante dos fatos e fundamentos técnicos e jurídicos apresentados, a IMPUGNANTE vem, respeitosamente, a este r. Pregoeiro, requerer:

- a) Que o presente, tendo sido tempestivamente protocolado, seja recebido por este Pregoeiro e remetido à autoridade competente para julgá-lo;
- b) O TOTAL DEFERIMENTO da presente IMPUGNAÇÃO, também em seu efeito suspensivo, para que surta os efeitos legais e resguarde todos os direitos da recorrente dos demais participantes, a fim de que:
 - b.1) requer e espera-se decisão deste Sr. Pregoeiro no sentido de retificar o Edital no que diz respeito das inadequações de critérios técnicos;
 - b.2) requer e espera-se decisão desta Ilustre Pregoeiro no sentido de acolher as alegações da IMPUGNANTE dos itens técnicos do edital, julgando-se procedente a presente Impugnação, para o fim de retificar o Edital licitatório, adequando-o, na forma acima exposta.

Maringá, 29 de agosto de 2023.

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

Reinaldo da Silva Junior
Diretor Presidente

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7844/24
Data de Início: 26/03/24
Fls: 07

5. Impugnação 2 (Consignet) - Maricá.pdf

Documento número #985ace47-1818-456b-96c3-fca6c0282013

Hash do documento original (SHA256): 4ce7ed76c47c6a447fe7c91c1dbda6a9f7238bf5166819f7761d0db39ef51649

Assinaturas

✓ **Reinaldo da Silva Junior**

CPF: 036.972.609-01

Assinou em 26 mar 2024 às 10:03:21

Log

- 26 mar 2024, 09:59:23 Operador com email natalia.galvao@db1.com.br na Conta 4dd19993-c0f9-4199-b4bd-41821309eeef criou este documento número 985ace47-1818-456b-96c3-fca6c0282013. Data limite para assinatura do documento: 25 de abril de 2024 (09:58). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 26 mar 2024, 09:59:24 Operador com email natalia.galvao@db1.com.br na Conta 4dd19993-c0f9-4199-b4bd-41821309eeef adicionou à Lista de Assinatura: reinaldo.silva@db1.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reinaldo da Silva Junior e CPF 036.972.609-01.
- 26 mar 2024, 10:03:21 Reinaldo da Silva Junior assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail reinaldo.silva@db1.com.br. CPF informado: 036.972.609-01. IP: 177.125.219.50. Componente de assinatura versão 1.793.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 mar 2024, 10:03:22 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 985ace47-1818-456b-96c3-fca6c0282013.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 985ace47-1818-456b-96c3-fca6c0282013, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
 Processo nº 7844/24
 Data de Início: 26/03/24
 Fis: 08

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DB1 GROUP HOLDING LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Carneiro Leão, 563, sala 209, Zona Armazém, CEP 87014-010, Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.291.670/0001-47, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41208059761 em 11/10/2012 neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Sr. ILSON DA SILVA REZENDE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 02.055.979.700 expedida pelo DETRAN/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 884.984.769-68, residente e domiciliado na Avenida Guedner, n.º 860, Casa 23, Condomínio Mont Blanc, Zona 08, no município de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87050-390; e **REINALDO DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação legal de bens, nascido em 14/10/1983, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.526.523-9 SSP/PR, expedida em 10/08/2017 e inscrito no CPF/MF n.º 036.972.609-01, residente e domiciliado à Rua Francisco Glicério 517, Ap. 33 Zona 07, CEP:87030-050, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná; únicos sócios componentes da Sociedade Empresarial Limitada sob o nome empresarial de **CONSIGNET SISTEMAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Avenida Carneiro Leão, 563, sala 209, Zona Armazém, CEP 87.014-010, Maringá – PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 23.112.748/0001-81, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41208253037 em 21/08/2015, resolvem por este instrumento particular de ALTERAÇÃO DE CONTRATO, modificar seu contrato primitivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Cls. 1.ª A sociedade que tinha como objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

- I - Desenvolvimento de sistemas em geral, inclusive sistema de gerenciamento de margem para descontos consignados em folha de pagamento e serviços de gerenciamento de margem de crédito consignado, mediante a cessão do direito de uso ou através de licenciamento;
- II - Consultoria, treinamento, programação, suporte, vendas de software e produtos de informática.

Passa a ter as seguintes atividades econômicas:

- I - Desenvolvimento de sistemas em geral, inclusive sistema de gerenciamento de margem para descontos consignados em folha de pagamento e serviços de gerenciamento de margem de crédito consignado, mediante a cessão do direito de uso ou através de licenciamento;
- II - Consultoria, treinamento, programação, suporte, vendas de software e produtos de informática;
- III - Atividades de prestação de serviços de informação.

Cls. 2.ª Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais que não colidem com o presente instrumento.

Cls. 3.ª À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o Código Civil, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo que passa a ter a seguinte redação:

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7846/24
Data de Início: 26/03/24
Fls: 09

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**CONSIGNET SISTEMAS LTDA.**

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DB1 GROUP HOLDING LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Carneiro Leão, 563, sala 209, Zona Armazém, CEP 87014-010, Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.291.670/0001-47, com contrato social registrado na Junta Comercial do estado do Paraná sob o NIRE 41208059761 em 11/10/2012, neste ato representada por seu sócio Administrador, o Sr. ILSON DA SILVA REZENDE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 02.055.979.700 expedida pelo DETRAN/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 884.984.769-68, residente e domiciliado na Avenida Guedner, n.º 860, Casa 23, Condomínio Mont Blanc, Zona 08, no município de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87050-390; e **REINALDO DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação legal de bens, nascido em 14/10/1983, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.526.523-9 SSP/PR, expedida em 10/08/2017 e inscrito no CPF/MF n.º 036.972.609-01, residente e domiciliado à Rua Francisco Glicério 517, Ap. 33 Zona 07, CEP: 87030-050, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná; únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **CONSIGNET SISTEMAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Avenida Carneiro Leão, 563, sala 209, Zona Armazém, CEP 87014-010, Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 23.112.748/0001-81, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41208253037 em 21/08/2015, resolvem, consolidar seu Contrato Social, e posteriores alterações que se regerão pelas cláusulas e condições seguintes:

CAPÍTULO I**NOME, SEDE E OBJETO SOCIAL**

Cls. 1.ª A sociedade gira sob a denominação social de **CONSIGNET SISTEMAS LTDA.**

Cls. 2.ª A sede da sociedade está estabelecida no seguinte endereço: Avenida Carneiro Leão, 563, sala 209, Zona Armazém, CEP 87014-010, Maringá – PR.

Parágrafo único. A sociedade por resolução dos sócios poderá abrir filiais ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou no exterior obedecendo as disposições legais vigentes.

Cls. 3.ª A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
 Processo nº 7849/24
 Data de Início: 26/03/24
 Fls: 10

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- I - Desenvolvimento de sistemas em geral, inclusive sistema de gerenciamento de margem para descontos consignados em folha de pagamento e serviços de gerenciamento de margem de crédito consignado, mediante a cessão do direito de uso ou através de licenciamento;
 II - Consultoria, treinamento, programação, suporte, vendas de software e produtos de informática;
 III - Atividades de prestação de serviços de informação.

Cls. 4.ª O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas operações sociais em 1º de setembro de 2015.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Cls. 5.ª O capital é de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), composto por 5.000.000 (cinco milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente do País, detido da seguinte maneira:

	<i>Sócios</i>	<i>Quotas</i>	<i>Valor</i>	<i>Part.</i>
	DB1 GROUP HOLDING LTDA.	4.993.187	R\$ 499.318,70	99,864%
	REINALDO DA SILVA JUNIOR	6.813	R\$ 681,30	0,136%
	<i>Total</i>	<i>5.000.000</i>	<i>R\$ 500.000,00</i>	<i>100%</i>

Parágrafo único. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

Cls. 6.ª A Assembleia Geral será realizada, ordinariamente, uma vez ao ano, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Sociedade o exija, sendo permitida a ocorrência simultânea de Assembleia Geral ordinária e extraordinária.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada por meio de edital publicado com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação.

§ 2º. Serão dispensadas as demais formalidades previstas neste Contrato Social se verificada a presença da totalidade dos Sócios na Assembleia Geral.

§ 3º. As deliberações tomadas em observância ao presente Contrato Social, ao Acordo de Sócios e à legislação em vigor obrigam a todos os Sócios, ainda que estes não tenham

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7894124
Data de Início: 26/03/24
Fis: 11

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

comparecido à assembleia ou tenham restado vencidos na votação.

Cls. 7.ª A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, mediante determinação do Diretor Presidente ou solicitação de ao menos 2 (dois) de seus membros.

Parágrafo único. A assembleia geral pode também ser convocada:

I - por sócio, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de sessenta dias, nos casos previstos em lei ou neste Contrato, ou por titulares de mais de um quinto do capital, quando não atendido, no prazo de oito dias, pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas;

II - pelo Conselho Fiscal, se instalado, se a diretoria retardar por mais de trinta dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes.

Cls. 8.ª A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, que escolherá o secretário, ou, na sua ausência, conforme deliberação da maioria dos Sócios presentes.

Cls. 9.ª Ressalvadas as exceções previstas em lei e no Acordo de Sócios, a Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Sócios que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Sócios titulares de quotas com direito a voto.

Cls. 10.ª Deverão ocorrer mediante aprovação de, no mínimo, maioria absoluta do capital social da Sociedade as deliberações sobre:

I - Fusão da Sociedade, ou sua incorporação em outra;

II - Participação em grupo de sociedades;

III - Mudança do objeto da Sociedade;

IV - Cessação do estado de liquidação da Sociedade;

V - Cisão da Sociedade;

VI - Dissolução da Sociedade;

VII - Destitu  o de membros da Diretoria;

VIII - Aumento do capital social;

IX - Alteração do Contrato Social;

X - Aprovação do orçamento anual.

Cls. 11.ª As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos Sócios presentes, não se computando os votos em branco, exceto se um quórum mais elevado for exigido pela legislação aplicável ou Acordo de Sócios.

Parágrafo  nico. A Assembleia Geral de Sócios somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convoc  o, ressalvadas as exceções previstas em Lei.

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7844/24
Data de Início: 26/03/24
a 31/03/24 Fls: 12

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cls. 12. As Assembleias Gerais poderão ser realizadas remota ou presencialmente e, quando realizadas presencialmente, serão realizadas na sede da Sociedade, ou, excepcionalmente, em outro local, desde que o órgão responsável pela convocação justifique a alteração de local e o indique, de forma clara, nos termos de convocação.

Parágrafo único. Qualquer Sócio que não possa comparecer fisicamente a uma Assembleia Geral da Sociedade, por qualquer motivo, poderá participar da respectiva Assembleia por teleconferência, videoconferência ou equipamento similar de comunicação por meio do qual todas as pessoas participantes da Assembleia possam ouvir uns aos outros sem quaisquer interferências e tal participação constituirá presença pessoal em tal Assembleia, desde que antes do término da Assembleia seja enviada por e-mail uma cópia assinada do voto emitido por tal Sócio para o presidente da Assembleia, sendo que uma via original do voto deverá ser entregue ao Presidente da Assembleia dentro de 5 (cinco) dias úteis após a Assembleia e arquivada na sede da Sociedade.

Cls. 13. Para participar das Assembleias Gerais, os presentes deverão comprovar sua qualidade de Sócios ou de representantes de Sócios, na forma da lei, e, depois de identificadas, assinarão o Livro de Presenças de Sócios.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Cls. 14. A Sociedade será administrada pela Diretoria, nos termos deste Contrato Social, do Acordo de Sócios e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Cls. 15. Os membros da Diretoria da Sociedade tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse, que deverá ser lavrado nos livros societários aplicáveis da Sociedade.

Cls. 16. O prazo de gestão dos membros da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

SEÇÃO I
DIRETORIA

Cls. 17. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, Sócios ou não, residentes no Brasil, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo, e os demais Diretores Operacionais, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, permitidas reeleições e a cumulação de cargos.

Parágrafo único. Em caso de vacância de cargo da Diretoria por falecimento, renúncia ou impedimento prolongado ou permanente de membro da Diretoria, a Assembleia Geral designará outro Diretor substituto, ocasião em que o substituto acumulará interinamente as

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 4844124
Data de Início: 26/03/24
Fls: 13

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

funções do substituído até a reunião subsequente da Assembleia Geral para nomeação de novo Diretor ou até a data da cessação do impedimento do Diretor substituído.

Cls. 18. A Diretoria é o órgão executivo e de representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Sociedade, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei ou pelo presente Contrato Social, dependam de aprovação da Assembleia Geral.

§ 1º. O Diretor Presidente terá as seguintes competências:

- I - exercer a supervisão geral das competências e atribuições dos demais membros da Diretoria;
- II - promover a execução da política de negócios da Sociedade;
- III - enviar à Assembleia Geral relatórios das atividades sociais;
- IV - estabelecer os planos de desenvolvimento de todos os segmentos de negócios da Sociedade; e
- V - elaborar e executar projetos de mudanças organizacionais;
- VI - outras competências que a Assembleia Geral estabelecer, dentro dos limites de seus poderes, para exercício durante seu mandato.

§ 2º. O Diretor Administrativo terá as seguintes competências:

- I - coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Sociedade;
- II - dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital a serem submetidos à Assembleia Geral, conforme o caso;
- III - dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Sociedade, incluindo a captação e administração de recursos, observadas as políticas e orientações emanadas do Conselho de Administração; e
- IV - exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas pelo Diretor Presidente ou pela Assembleia Geral.

§ 3º. Os Diretores Operacionais desempenharão as funções, atribuições e poderes a eles conferidos pelo Diretor Presidente ou pela Assembleia Geral, observadas a política e orientação previamente traçadas pela Diretoria.

§ 4º. Adicionalmente às competências fixadas por lei, pela regulamentação específica e por este Contrato Social, as atribuições de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Diretor Presidente.

Cls. 19. Observadas as regras constantes da política de alçadas determinada pela Assembleia Geral, a Sociedade será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura nos seguintes termos:

- I - 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Administrativo ou seu Procurador, ou por 1 (um) Diretor com autorização específica da Assembleia Geral, em atos de média complexidade ou responsabilidade;

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 78441/24
Data de Início: 26/03/24
Fls: 14

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

II - 1 (um) Diretor com autorização específica da Assembleia Geral, em atos de alta complexidade ou responsabilidade;

III - 1 (um) Diretor isoladamente, em atos de baixa complexidade ou responsabilidade.

§ 1º. Qualquer venda de ativos ou contratação de dívida superior a 1% (um por cento) da receita líquida do último exercício dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º. As procurações deverão vedar o substabelecimento, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 (um) Diretor e permitir o substabelecimento.

§ 3º. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

Cls. 20. Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Sociedade que forem estranhos ao objeto social ou aos negócios da Sociedade, tais como cauções, endossos e prestação de outras garantias em favor de terceiros, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovados nos termos deste Contrato Social, são expressamente proibidos e considerados nulos de pleno direito.

Cls. 21. A Diretoria realizará reuniões sempre que exigido pelo interesse societário e sempre que convocadas pelo Diretor Presidente, sendo de responsabilidade do Diretor Presidente estabelecer a ordem do dia para tais reuniões.

Cls. 22. O eventual acúmulo de funções por membro da Diretoria não gerará direito a acúmulo de remunerações, quaisquer sejam o período ou duração do acúmulo, devendo prevalecer a remuneração da sua atuação principal.

Cls. 23. Não é garantido a qualquer Sócio atuação como membro da Diretoria e, em havendo tal pleito, o mesmo será apreciado pela Assembleia Geral com base em sua qualificação para a posição e com remuneração de acordo com a sua função pela média de mercado em Sociedades equivalentes e comparáveis no país de sua atuação.

SEÇÃO II
CONSELHO FISCAL

Cls. 24. A Sociedade terá um Conselho Fiscal nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de Sócios, de acordo com a legislação aplicável, o qual será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, Sócios ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for aprovada a sua instalação temporária, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral ordinária após a sua instalação.

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 3844/24
Data de Início: 26/03/24
Fis: 15

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**CAPÍTULO V****EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

Cls. 25. O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, e a seu término, os Administradores prestarão contas justificadas de sua gestão, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico da sociedade.

§ 1º. A sociedade poderá, através da concordância dos sócios que representem a maioria do Capital Social, distribuir lucros de forma desproporcional à participação no Capital Social, aprovando a distribuição através de Reunião de Sócios deliberando a proporção dos lucros a serem distribuídos para cada sócio, com o arquivamento da respectiva Ata na Junta Comercial.

§ 2º. A sociedade poderá proceder a balanços intermediários, inclusive mensais, e a critério de sócios que representem a maioria do capital, distribuir lucros antecipadamente.

§ 3º. Observados os limites legais, a Diretoria poderá declarar o pagamento de juros sobre capital próprio, com base no último balanço anual ou semestral levantado pela Sociedade.

Cls. 26. Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para os demais tributos de segunda fase, tendo o lucro remanescente a seguinte destinação:

I - 5% (cinco por cento) para a constituição de fundo de reserva, que não excederá 20% (vinte por cento do capital social), sendo que no exercício em que o saldo do fundo de exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para o fundo de reserva;

II - 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, para distribuição aos Sócios como dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VI
LIQUIDAÇÃO

Cls. 27. A Sociedade será dissolvida e liquidada nos casos previstos na lei aplicável ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, a Assembleia Geral poderá estabelecer a forma de liquidação, indicar o liquidante ou liquidantes e aprovar a sua remuneração e, mediante requerimento dos Sócios, solicitar a instauração do Conselho Fiscal durante o período de liquidação, obedecidas as formalidades legais.

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7844/24
Data de Início: 26/03/24
Fls: 16

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**CAPÍTULO VII**
ACORDO DE SÓCIOS

Cls. 28. A Sociedade e seus administradores deverão observar os acordos de Sócios, arquivados na sede da Sociedade, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar votos, transferências de quotas ou quaisquer outros atos contrários às disposições destes Acordos.

§ 1º. O Presidente e o Secretário da Assembleia Geral deverão abster-se de computar votos lançados em discordância com os Acordos de Sócios.

§ 2º. As obrigações e responsabilidades resultantes dos Acordos de Sócios deverão ser observadas pelos Sócios em suas relações com terceiros tão logo tais Acordos tenham sido averbados nos livros da Sociedade.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cls. 29. Quaisquer casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com a legislação aplicável.

Cls. 30. É obrigação do Sócio manter seus dados pessoais e de contato atualizados na sede da Sociedade e informar eventuais alterações.

Cls. 31. Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CAPÍTULO IX
LEI APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Cls. 32. Este Contrato Social será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil, independentemente de suas disposições sobre conflitos de leis.

§ 1º. Quaisquer litígios ou controvérsias entre os Sócios deverão ser comunicados por escrito por uma Parte à outra e as Partes envidarão seus melhores esforços para dirimi-los de

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7849/24
Data de Início: 26/03/24
Fls: 17

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

modo amigável por meio de negociações diretas mantidas de boa-fé, em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação aqui mencionada.

§ 2º. Não havendo acordo, tal litígio ou controvérsia será submetido à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/1996, e será dirimido de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Conciliação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá - CAM-CCBC.

§ 3º. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros fluentes na língua portuguesa, escrita e falada, devendo dois deles serem indicados um por cada uma das Partes, sendo o terceiro árbitro indicado de comum acordo entre os árbitros indicados pelas Partes.

§ 4º. A arbitragem realizar-se-á na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e será conduzida em caráter confidencial e na língua portuguesa.

§ 5º. A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

§ 6º. A arbitragem será concluída no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral.

§ 7º. As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes, não cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/1996.

§ 8º. A execução do laudo arbitral poderá ser pleiteada a quaisquer tribunais competentes, sendo que a sentença arbitral deverá ser proferida em território brasileiro e terá caráter definitivo, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

§ 9º. Para fins exclusivamente de qualquer medida coercitiva ou procedimento cautelar, de natureza preventiva, provisória ou permanente, as Partes elegem o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

§ 10º. Exceto pelos honorários dos respectivos advogados, os quais serão arcados por cada uma das Partes individualmente, todas as demais despesas e custos de arbitragem serão suportados por qualquer uma das Partes ou por ambas, conforme o tribunal arbitral venha a determinar.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam, e assinam juntamente com duas testemunhas o presente instrumento em via única, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros e sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá-PR, 27 de julho de 2023.

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7844124
Data de Início: 26/03/24
Fis: 18

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DB1 GROUP HOLDING LTDA

Representada por seu sócio administrador Ilson da Silva Rezende

REINALDO DA SILVA JUNIOR

Sócio Administrador

BRUNO GREGO DOS SANTOS

Advogado OABPR 46.910



ASSINATURA ELETRÔNICA

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7844124
Data de Início: 26/03/24
Folha 19

Certificamos que o ato da empresa CONSIGNET SISTEMAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03697260901	REINALDO DA SILVA JUNIOR
05238963955	BRUNO GREGO DOS SANTOS
88498476968	ILSON DA SILVA REZENDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/07/2023 20:17 SOB Nº 20233396527.
PROTOCOLO: 233396527 DE 28/07/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12311240172. CNPJ DA SEDE: 23112748000181.
NIRE: 41208253037. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/07/2023.
CONSIGNET SISTEMAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7844124
Data de Início: 26/03/24
Fis: 20

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023

ELEIÇÃO COMPLEMENTAR DA DIRETORIA

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos doze (18) dias do mês de dezembro de 2023, às 15:00 horas, na sede social da **CONSIGNET SISTEMAS LTDA.**, ("Sociedade").
2. **PRESENÇA E QUÓRUM:** Presentes os sócios representando a totalidade do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas constantes no respectivo Livro de Presença de Sócios, ficando dessa forma constatada a existência de quórum legal para a aprovação das matérias constantes na ordem do dia.
3. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976.
4. **MESA:** **Presidente:** Reinaldo da Silva Junior
Secretário: Cassio Augusto Serea
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de Diretoria da Sociedade.
6. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas:
 - (i) Aprovar a indicação de substituição de Membro da Diretoria, nos termos das Cláusulas 17 e seguintes do Contrato Social da Sociedade;
 - (ii) Aprovar, por unanimidade de votos, a eleição suplementar da Diretoria da Sociedade, para o mandato estatutário, passando a integrá-la o Diretor Administrativo Ricardo Gomes Faian Silva, nos seguintes termos:

Diretor Presidente: REINALDO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 14/10/1982, residente e domiciliado em Maringá/PR., na Rua Francisco Glicério, 517, Ap. 33, Zona 7, CEP: 87.030-050, portador

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 4844124
Data de Início: 26/03/24
Fis: 21

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023****ELEIÇÃO COMPLEMENTAR DA DIRETORIA**

da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.526.523-9, expedida por SSP-PR, e inscrito no CPF sob o nº 036.972.609-01, acumulando as funções de *Diretor Operacional*.

Diretor Administrativo: Ricardo Gomes Faian Silva, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 22/06/1992, residente e domiciliado na Avenida das Indústrias, 1146, Bl 02 apto 607 – Jardim América - CEP 87045-360 portador da RG nº 10.708.244-1 PR e do CPF nº 082.892.009-51;

- (iii) Agradecer ao Diretor Victor Eduardo Cobo pelos inestimáveis serviços prestados à Companhia, e transmitir os votos de sucesso em sua nova empreitada.
- (iv) Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo Contrato Social em vigor.
- (v) Ficam estabelecidas as seguintes atribuições para os Diretores designados:
 - a. Diretor Presidente:
 - i. Cumprir o objeto social da empresa;
 - ii. Superintender todas as atividades da Sociedade, bem como zelar pelo cumprimento de seus objetivos;
 - iii. Realizar o planejamento financeiro e orçamentário da Sociedade, bem como garantir sua execução dentro do que foi aprovado;
 - iv. Estabelecer plano de trabalho para a empresa;
 - v. Conduzir relacionamentos com terceiros de interesse da empresa;
 - vi. Exercer a supervisão geral das competências e atribuições dos demais membros da Diretoria;

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 7844/24
Data de Início: 26/03/24
Fls: 20

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023**

ELEIÇÃO COMPLEMENTAR DA DIRETORIA

- vii. Garantir atuação dentro da legislação, da ética e das regras de conformidade da empresa e do grupo empresarial;
 - viii. Promover a execução da política de negócios da Sociedade;
 - ix. Zelar pela eficiência e eficácia financeira da Sociedade, subsidiárias integrais, controladas e coligadas;
 - x. Enviar à Assembleia Geral relatórios das atividades sociais;
 - xi. Estabelecer os planos de desenvolvimento de todos os segmentos de negócios da Sociedade;
 - xii. Representar a Sociedade em atos solenes, formais e informais, quando a situação não exigir representação jurídica;
 - xiii. Atuar como representante legal da Sociedade, obedecidas as limitações e parâmetros estabelecidos nos documentos societários;
 - xiv. Elaborar e executar projetos de mudanças organizacionais;
 - xv. Desenhar cenários alternativos sobre o provável comprometimento futuro dos segmentos e negócios que a Sociedade atua; e
 - xvi. Outras competências que a Assembleia Geral estabelecer, dentro dos limites de seus poderes, para exercício durante seu mandato.
- b. Diretor Administrativo:
- i. Cumprir com o objeto social da empresa;
 - ii. Garantir o planejamento financeiro e orçamentário da companhia;
 - iii. Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Sociedade;

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
 Processo nº 7844124
 Data de Início: 26/03/24
 Fls: 23

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023

ELEIÇÃO COMPLEMENTAR DA DIRETORIA

- iv. Dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Sociedade, incluindo a captação e administração de recursos;
 - v. Zelar pela eficiência e eficácia financeira da Sociedade, subsidiárias integrais, controladas e coligadas;
 - vi. Executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco etc.);
 - vii. Gerir a entrega dos informes gerenciais e respectivas análises;
 - viii. Responsabilizar-se pela prática de atos de natureza contábil e fiscal;
 - ix. Gerar informação financeira, valores mobiliários e imobiliários, intangíveis e de lucros a distribuir;
 - x. Determinar critérios para análise e aprovação de créditos a clientes; e
 - xi. Cumprir outras atribuições delegadas pelo Diretor Presidente.
- c. Diretor Operacional:
- i. Cumprir com o objeto social da empresa;
 - ii. Estabelecer plano de trabalho para a empresa;
 - iii. Zelar pela eficiência e eficácia operacional da empresa;
 - iv. Elaborar pareceres para a sociedade, evidenciando novos conceitos ou reafirmando os conceitos existentes na empresa, sobre tecnologia já desenvolvida ou a ser desenvolvida;
 - v. Estabelecer políticas e gestão de recursos tecnológicos;
 - vi. Gerir orçamento operacional, preparar e apresentar relatórios de resultado operacional;

CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

CNPJ Nº 23.112.748/0001-81

NIRE Nº 41208253037

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 9844/24
Data de Início: 26/03/24
Fis: 24

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2023

ELEIÇÃO COMPLEMENTAR DA DIRETORIA

- vii. Alinhar a área e a equipe com os objetivos e posicionamento estratégico da sociedade;
- viii. Conduzir e orientar a equipe para atingimento dos resultados planejados;
- ix. Controlar metas e resultados chaves através de indicadores;
- x. Desenvolver parcerias estratégicas de forma a fomentar o crescimento;
- xi. Garantir atuação dentro da legislação, da ética e das regras de conformidade da Sociedade e do grupo empresarial; e
- xii. Cumprir outras atribuições delegadas pelo Diretor Presidente.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes que a subscrevem.

Maringá, 18 de dezembro de 2023.

Reinaldo da Silva Junior
Presidente

Cassio Augusto Serea
Secretário

A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 4849/24
Data de Início: 26/03/24
Fls: 25

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSIGNET SISTEMAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03238564978	CASSIO AUGUSTO SEREA
03697260901	REINALDO DA SILVA JUNIOR



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/02/2024 12:52 SOB Nº 20238919374.
PROTOCOLO: 238919374 DE 20/12/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12401647920. CNPJ DA SEDE: 23112748000181.
NIRE: 41208253037. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/12/2023.
CONSIGNET SISTEMAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br